

# O discurso, as entrelinhas e os fantasmas

**Daniela Chiaretti**



Em 5 de junho, dia mundial do meio ambiente, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso de dez páginas, durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, em Brasília, tentando mostrar como o Brasil caminha para a economia de baixo carbono. Mas foram oito linhas de sua fala, que ganharam destaque no dia seguinte.

“Temos de enfrentar o fato de que, se continuarmos a fazer hidrelétricas a fio d’água (...), haverá uma tendência inexorável de aumento das térmicas na nossa matriz”, era o resumo da ópera. A presidente não disse, mas a alternativa às hidrelétricas a fio d’água são hidrelétricas com reservatórios, provavelmente grandes, certamente na Amazônia. Nesse discurso não dito há espaço para muita controvérsia.

As três grandes usinas que o Brasil constrói neste momento, e onde investe bilhões, são a fio d’água. Ali as turbinas gerarão energia a partir do fluxo natural do rio, sem grandes quedas — no fio da água. A água que entrar no reservatório sairá rapidamente para virar megawatts. As usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará, são assim.

Projetos novos, como São Luiz do Tapajós, idem — desenhada para 6.133 MW e inundar 1.630 km<sup>2</sup> de Amazônia. Projeto antigo, como a gigante Itaipu, no rio Paraná, também é a fio d’água. Tem lago-monstro, de 1.350 km<sup>2</sup>, potência instalada para 14 mil MW e fornece 18% da energia consumida no Brasil. Ou seja, ser a fio d’água não é garantia de pouca inundação.

## 5% da eletricidade no Brasil é usada nos chuveiros elétricos

O que está nas entrelinhas do discurso presidencial é que as próximas usinas brasileiras terão reservatórios plurianuais, para permitir acumulação de água e garantir que a capacidade de geração de energia não fique tão dependente do regime de chuvas. Funcionam como um “back up” para a época de seca e evitam o que acontece hoje: sem chuva e com reservatórios baixos, ligam-se as térmicas, o que aumenta gastos e a emissão de gases-estufa. Pior, a segurança energética em risco faz ressurgirem leilões para térmicas a carvão, o que não acontecia desde 2009.

O discurso da presidente segue a lógica do setor elétrico: reservatórios são fundamentais. E como o país só utiliza 7% do potencial hidrelétrico da região Norte, basta ligar lé com cré para entender que o alvo é a Amazônia.

Mas há outras lógicas além daquela. Há quem suspeite que a conversão dos rios brasileiros em megawatts pode não dar certo em muitos casos. “Infelizmente o governo está achando que pode brigar com a geografia”, diz o professor Celio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. Há grandes planícies na Amazônia, ou seja, grandes reservatórios são possíveis só se forem alagadas áreas enormes, com

todos os problemas sociais e ambientais a reboque. “Não sou contra usinas na Amazônia, mas é preciso que sejam concebidas levando em consideração o bioma, as características geográficas, os aspectos sociais e ambientais.”

Bermann, que ajudou no desenvolvimento dos estudos de aproveitamento hidrológico do rio Xingu na década de 80, é um crítico severo de Belo Monte. Lembra que estão sendo investidos R\$ 32 bilhões em uma usina com potência instalada para gerar 11 mil MW, mas que durante vários meses, em função da baixa vazão do Xingu, não produzirá mais que 1.100 MW.

“Irão necessariamente construir uma usina rio acima”, desconfia. “A discussão de retomar o modelo antigo dos grandes reservatórios é reabrir campo para que os antigos projetos do Xingu possam ser refeitos”, acredita. “Olha o perigo aí”, concorda Philip Fearnside, pesquisador-sênior do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e que há mais de 30 anos estuda a região.

O governo diz que desse risco não se corre. Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética baixou uma resolução garantindo que não seriam construídas mais hidrelétricas no rio Xingu além de Belo Monte. Uma das usinas projetadas no passado, Babaquara, inundaria 6.140 km<sup>2</sup> e afetaria diretamente os índios caiapós, sempre em pé de guerra contra o projeto. “Não dá para condenar todas as hidrelétricas. Mas o que precisa acontecer, e não está acontecendo, é uma discussão pública e democrática, de como irá se usar a energia”, diz Fearnside.

A safra de grandes hidrelétricas do passado produziu uma série de erros tenebrosos. O fantasma da hidrelétrica de Balbina é o que mais assombra. Projetada para acabar com a falta de energia de Manaus, é um dos maiores desastres ecológicos, financeiros, energéticos e sociais da história do país. Construída no rio Uatumã, no Estado do Amazonas, inundou 2360 km<sup>2</sup> de floresta para uma capacidade de geração pífia, de 250 MW. Em 1983, o Uatumã baixou tanto que o rio virou um pequeno igarapé e os engenheiros da Eletronorte encarregados das obras o cruzaram em carros comuns, descreve Fearnside. “Cada megawatt nominal de Balbina sacrificou 31 vezes mais floresta do que Tucuruí”, conta.

O custo da usina duplicou, os peixes morreram, a madeira não foi aproveitada, a qualidade da água ficou ruim. A vegetação cresceu nas águas rasas, produzindo metano, um gás-estufa 25 vezes mais nocivo que o CO<sub>2</sub>. Balbina afetou dramaticamente o destino dos waimiris-atroaris que viviam por ali. É a pior usina do país. “O maior benefício de Balbina é a lição sobre como não planejar o desenvolvimento da Amazônia”, diz Fearnside.

É verdade que hoje se conhece muito mais da Amazônia, e o setor elétrico tem mais tecnologia para não repetir erros do passado. No discurso do governo, no entanto, não se escuta nada sobre otimizar o consumo, reduzir, ter mais eficiência. Fearnside lembra que 5% de toda a eletricidade do Brasil é usada para esquentar água em chuveiro elétrico, quando se poderia usar energia solar. Chuveiros elétricos são baratos e poucas cidades no Brasil têm estrutura para gás canalizado, mas aqui há consenso: a hora do banho simultânea no país sempre foi um pesadelo para o sistema elétrico.

**Daniela Chiaretti** é repórter especial. O titular da coluna, Sergio Leo, volta a escrever no dia 8 de julho.  
**E-mail** daniela.chiaretti@valor.com.br

# Corte de verba reduz programa de investimento em parques nacionais

**Leticia Casado e Guilherme Serodio**  
De São Paulo e do Rio

O projeto Parques da Copa, lançado em 2010 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não andou. A um ano do início da Copa do Mundo o programa, que previa investimentos de R\$ 668 milhões para prover 23 parques nacionais de infraestrutura para receber turistas durante o campeonato, teve orçamento e metas reduzidos.

Agora, o objetivo da parceria entre os ministérios do Meio Ambiente e do Turismo é investir R\$ 134 milhões, segundo estimativa do Instituto Chico Mendes (ICMBio), autarquia vinculada ao Meio Ambiente e responsável pela administração das unidades de conservação, em 12 parques e duas áreas protegidas.

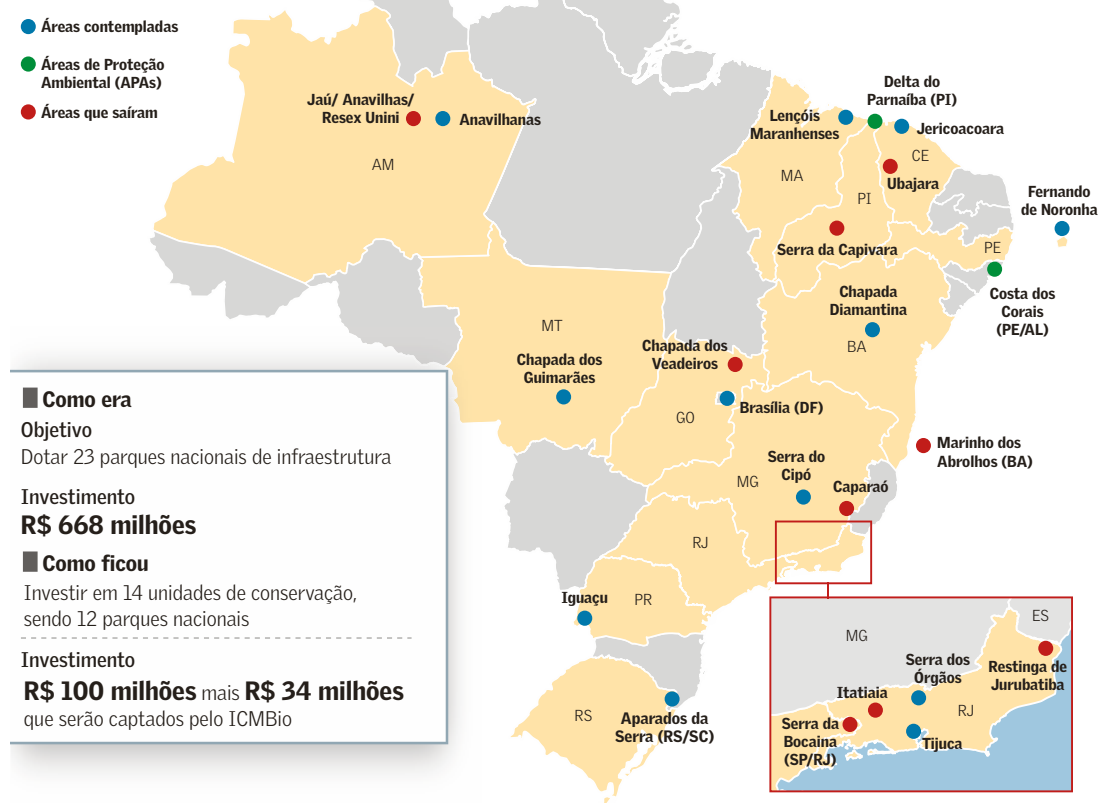
Os gastos públicos com a Copa do Mundo têm sido bastante criticados nas manifestações que tomaram as ruas do Brasil nas últimas duas semanas. Mas as críticas se dirigem, principalmente, aos investimentos nos estádios — cerca de R\$ 7 bilhões. Balanço divulgado na semana passada pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo (Gecopa), do Ministério do Esporte, estima gastos públicos de R\$ 28 bilhões, até agora, com a Copa — esse valor pode chegar a R\$ 33 bilhões.

As explicações para a revisão das metas do projeto divergem: enquanto o Ministério do Turismo diz que faltam recursos e pede mudanças no programa, o ICMBio diz que foram a falta de formalização e a grande quantidade de implementações necessárias aos parques que prejudicaram o projeto.

O projeto inicial previa que metade do valor seria destinada a melhorias na infraestrutura dos parques, sendo um terço por meio de concessões para a iniciativa privada. O restante dos recursos seria investido em parceria com o

## Mudança de planos

Com menos recursos, projeto Parques da Copa fica menor



Fonte: Coordenação Geral de Visitação do ICMBio

Ministério do Turismo no entorno dos parques, com foco em obras nas estradas e aeroportos.

Mesmo os parques que permanecem no programa não estão recebendo recursos. Segundo o Valor apurou, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, região serrana do Rio, apenas 5 das 16 iniciativas previstas saíram do papel desde o começo do programa, todas custeadas por recursos orçamentários.

O aumento no fluxo de visitantes nos parques nacionais é uma realidade, aponta o próprio ICMBio: cresce 10% ao ano. E as perspectivas são boas, segundo o instituto, devido ao aumento de turistas em função dos grandes eventos esportivos.

O ICMBio diz que o Parques da Copa nunca chegou a ser formalizado como projeto, é uma “iniciati-

va de parceiros”, e que o valor anunciado em 2011, de R\$ 668 milhões “não é real”. A diferença entre projeto e iniciativa está na obrigatoriedade de destinação de recursos. O projeto precisa ter normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços, é oficial e registrado no Orçamento. A iniciativa é livre e não segue as mesmas regras.

As articulações em torno do Parques da Copa começaram em 2009. A demora em aprovar os projetos executivos para as licitações das obras nos parques acabou tornando inviável levar adiante o projeto da maneira como foi concebido. Assim, o instituto optou por priorizar um número menor de parques e apenas dotá-los de infraestrutura turística.

“Nunca ninguém apareceu em nenhum lugar com isso [os detalhes do projeto] em mãos, por isso prefiro chamar de iniciativa”, disse o presidente do ICMBio, Roberto Vizen-tin. Apesar disso, o ICMBio chegou a colocar em seu site na internet um documento, com detalhes sobre o Parques da Copa e a previsão de R\$ 668 milhões em investimentos.

Vinicius Lummert, secretário nacional de Políticas de Turismo, afirma que o Parques da Copa estava parado por falta de recursos quando ele assumiu a secretaria, em dezembro passado. O ICMBio, no entanto, afirma que desde o ano passado a União tem viabilizado recursos para o projeto por meio do Ministério do Turismo, mediante convênios com os Estados.

# MP insiste para que BNDES abra dados de operações

**Maira Magro**  
De Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) recorreu da decisão judicial que negou, de forma provisória, o acesso a informações sobre financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O MPF no Distrito Federal quer que o banco se submeta às regras da Lei de Acesso à Informação e divulgue as condições e os critérios de aprovação dessas operações, feitas com recursos públicos. O MPF insiste que o BNDES deve divulgar dados sobre todos os projetos, obras e serviços em que injetou dinheiro nos últimos dez anos e daqui pra frente.

O BNDES participou recentemente de grandes operações de fusão, como a da Perdigão e Sadia,

que resultou na Brasil Foods (BRF). Também deu financiamentos para grandes obras de infraestrutura, entre elas construção e reforma de estádios da Copa do Mundo e obras exigidas nos contratos de concessão dos aeroportos.

A Procuradoria da República no DF entrou com a ação civil pública contra o BNDES no ano passado, depois de uma tentativa frustrada de obter detalhes sobre o aporte anunciado de R\$ 4,5 bilhões na fusão entre o grupo Pão de Açúcar e as operações brasileiras da rede francesa Carrefour. O negócio não chegou a se concretizar, mas o anúncio gerou protestos contra o uso de recursos públicos para financiar grandes grupos.

Na ação, o MP reclamou de falta de transparência e pediu liminar para que o banco divulgasse detalhes sobre essa e outras operações em 60 dias.

Em maio, a juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20ª Vara Federal de Brasília, negou a liminar. De acordo com ela, o BNDES não está sujeito diretamente à Lei de Acesso, portanto não seria obrigada a revelar todos os dados sobre os financiamentos que concede.

Para a juíza, as transações do banco estão protegidas pelo sigilo bancário, pois afetam seus clientes. Como os efeitos da divulgação dos dados seriam irreversíveis, alegou, a liminar não poderia ser concedida.

O MPF recorreu agora dessa decisão, insistindo que as informa-

ções não estariam protegidas pelo sigilo. “Em sendo o patrimônio do BNDES constituído de recursos públicos federais, não há que se falar em qualquer sigilo sobre as operações envolvendo esses valores”, argumenta a procuradora. “É direito dos órgãos de controle e da sociedade tomar conhecimento das tratativas realizadas pelo BNDES.”

O BNDES alega que os dados são confidenciais pois envolvem empresas privadas, e diz que “tem como política fornecer o máximo de informações possíveis sobre suas atividades e operações, respeitando sempre os limites legais”.

**NOVO!**

**Website**  
[www.maksoud.com.br](http://www.maksoud.com.br)

**MAKSOU PLAZA**

Al. Campinas, 150 | São Paulo - SP | Tel.: (11) 3145-8000 | [maksoud@maksoud.com.br](mailto:maksoud@maksoud.com.br)

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Acker **D2**  
Actis **B3**  
Actua-CCR **F3**  
Aeromovel Brasil **F10**  
ALL **B4**  
AlmapBBDO **B4**  
Alstom **F10**  
AM Branco **F10**  
Amdocs **B3**  
Angeloni **B2**  
Anshan **B9**  
Apple **A11, B1**  
Asbis **B1**  
Avianca **B3**  
Azul **B3**  
Bank of America **B1**  
Barclays **A9, C1, C2**  
Baxter **A4**  
BB Investimentos **C2**  
Benito Roggio **F3**  
Berkshire Hathaway **B4**  
BM&FBovespa **D1**  
BNDES **A2, A3, A4**  
BNP Paribas **C12**  
Bom Preços **B3**  
Bombardier **F8, F10**  
Booz Allen Hamilton **A11**  
Bradesco **D1, D4**  
Brassell **F8**  
BRF **A2**  
BT **B2**  
BTG Pactual **B5**

BTIG **C2**  
Bugatti **B9**  
BVA **D2**  
CAF **F10**  
Carrefour **A2**  
CCX **B5**  
CET **F6**  
Ceva **F8**  
Christie's **D2**  
Citigroup **B9**  
CNA **B3**  
Coester **F10**  
Coletex **B1**  
Comgás **B1**  
Copatrans **B12**  
Copel **B1**  
CPTM **F1, F2, F10**  
Credit Suisse **B1**  
Credz **C1**  
Cresça Brasil **B3**  
Cruzeiro do Sul **D2**  
Deicmar **B6**  
Deutsche Bank **A3, A9, C2**  
DL **B1**  
DM9DDB **B4**  
Dow Jones **D2**  
E.ON **B5**  
EBP **B6**  
EBX **B5**  
Eletronorte **A3, B1**  
Eletronorte **A2**  
Embarq Brasil **F7**

Equus **C1**  
Espírito Santo **B1**  
F/Nazca **B4**  
Facebook **A11**  
Falconi **A12**  
Fiat **B8**  
Fidelity **C2**  
Fisher **C2**  
FitCh **A9**  
Galanto **A3**  
Global Scooters **F9**  
Gol **B3**  
Google **A11, B9**  
Granoeste **B11**  
Grimaldi **B6**  
Hart Davis Hart **D2**  
Heinz **B4**  
Hemobras **A4**  
Honda **F9**  
HSBC **A9, B9**  
IAT **F10**  
Ibope **F6**  
IDC **B1**  
Iesa **F10**  
IMG **B5**  
IMX **B5**  
Infraero **A12**  
Insper **D2**  
Invepar **F3**  
Itaipu **A2**  
Itaú BBA **B1**  
Iveco **B8**

J. Safra **C1**  
J.P. Morgan **C1**  
Jaime Lerner **F7**  
Jox **B11**  
Kawasaki **B9**  
KPMG **B8**  
Lapp **B1**  
LCA Consultores **C12**  
Leo Burnett **B4**  
Light **B1**  
LLX **B5**  
Loducca **B4**  
Logitech **B1**  
Lojas Americanas **B3**  
McCann **B4**  
Media Rights **B9**  
Merrall & Condit **D2**  
Microsoft **A11, B1**  
Mitsubishi **B9**  
Monsanto **B9**  
Morgan Stanley **B9**  
MPE **F8, F10**  
MPX **B5**  
Multiplan **D4**  
Nissan **B8**  
Nucor **B9**  
Nymex **D1**  
Odebrecht **F3, F10**  
Odgers Berndtson **D3**  
Ogilvy **B4**  
OGX **B5**  
OHL **B9**

Opus **D4**  
OSX **B5**  
Panvel **B3**  
Pão de Açúcar **A2**  
Perdigão **A2**  
Petrobras **A3, D2**  
Planner **D1**  
Premold **F10**  
Procter & Gamble **B4**  
Prosper **D2**  
RATP **F3**  
RBS **A9**  
Renault **B8**  
Riachuelo **D4**  
Riopar **F3**  
Rumo **F10**  
Sabesp **B1**  
Sadia **F8**  
Samsung **B1**  
Schroders **F10**  
Scomi **F8, F12**  
Scot **B11**  
Seat **B8**  
Shell **B9**  
Siemens **F10**  
Siqueira Castro **A12**  
Smith Barney **B9**  
Sony **B9**

Sotheby's **D2**  
SPTrans **A1, A8, F6**  
Standard & Poor's **A3, B9**  
Starbucks **B9**  
Suzuki **F9**  
T'Trans **F10**  
TAM **B3**  
Tenaris **B9**  
Tendências **C12**  
Time for Fun **B5**  
Trensurb **F10**  
Trip **B3**  
TriStar **B9**  
TS **B11**  
T'Trans **F10**  
UBS **B3, B9, C2**  
Unilever **B4**  
UOL **B3**  
Varig **F10**  
Vespa **F9**  
VLT Carioca **F3**  
Volkswagen **B8**  
Walmart **B3**  
Western **C2**  
WmCann **B4**  
WPP **B4**  
XP **D1**  
Y&R **B4**  
Zaffari **D4**